

O USO DA PROPAGANDA ANTICOMUNISTA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL

THE ANTICOMMUNIST PROPAGANDA USE AS AN INSTRUMENT OF SOCIAL CONTROL

Fernando Borges, Laura Helena e Otávio Guimarães

RESUMO

Este artigo investiga a atuação das polícias políticas no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960, com foco na repressão e vigilância contra movimentos sociais e grupos considerados subversivos. A pesquisa destaca o fortalecimento do uso do discurso do anticomunismo, impulsionado pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana, e sua influência sobre as práticas autoritárias das polícias políticas, como o DOPS. Através da análise de documentos do DOPS-MG, o estudo revela como as Ligas Camponesas, o PCB e o movimento estudantil foram alvo de ações repressivas, associadas à ideia de uma conspiração comunista internacional. Além disso, discute-se o impacto da repressão política na memória coletiva e a continuidade das disputas de narrativa sobre a Ditadura Militar no Brasil, destacando a importância de revisitar esses episódios para compreender as tensões políticas e sociais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Anticomunismo, Ditadura Militar, Propaganda, Repressão, Sociedade.

ABSTRACT

This article investigates the actions of political police in Brazil during the 1950s and 1960s, focusing on the repression and surveillance of social movements and groups considered subversive. The research highlights the strengthening of anti-communism, driven by the Cold War and the Cuban Revolution, and its influence on the authoritarian practices of the political police, such as the DOPS. Through the analysis of DOPS-MG

documents, the study reveals how the Rural League, the PCB, and the student movement were targeted by repressive actions, associated with the idea of an international communist conspiracy. Furthermore, the paper discusses the impact of political repression on collective memory and the ongoing disputes over the narrative of the Brazilian Military Dictatorship, emphasizing the importance of revisiting these episodes to understand contemporary political and social tensions.

KEYWORDS: Anticommunism, Military Dictatorship, Propaganda, Repression, Society.

1. INTRODUÇÃO

A história das polícias políticas no Brasil, especialmente sua relação com o anticomunismo, é um campo de estudo que revela os mecanismos de repressão e controle social utilizados para preservar a ordem política e garantir a manutenção do status quo principalmente pelo discurso e propaganda do anticomunismo. Este artigo busca analisar como essas instituições operaram no Brasil durante o período denominado de *experiência liberal-democrática*, a partir de 1946, após o fim do Estado Novo, até o golpe civil-militar de 1964. Com base em documentos de época, como os relatórios das polícias políticas, será investigado o papel da repressão política e social no contexto de um regime que se apresentava, aparentemente, democrático, mas que estava imerso em práticas autoritárias.

O uso da propaganda anticomunista, apesar de muito utilizada pelos militares, não fora criada durante a ditadura - ela a precede; início da década de 20 do século XX. No entanto, não apenas as ditaduras (Estado Novo e Militar) fizeram uso deste instrumento, como também os governos civis durante a experiência liberal-democrática (1946-1964), que forneceu a experiência empírica da propaganda anticomunista para os militares a elevarem à última potência durante a ditadura (1964 - 1985).

O conceito de polícia política, conforme definido pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, refere-se a um aparato repressivo criado com o propósito de vigilância, proteção e controle, cuja principal função era manter a ordem e defender o Estado de seus inimigos políticos, os quais variaram ao longo do tempo (MOTTA, 2010). A atuação das polícias políticas no Brasil foi fortemente marcada pelo anticomunismo, com destaque para os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), que se tornaram os principais exemplos dessa repressão política. Embora o foco deste estudo recaia sobre o período anterior à Ditadura Militar, será demonstrado como as polícias políticas foram fundamentais para o contexto que permitiu a consolidação do golpe de 1964. A análise de documentos como os relatórios produzidos pelo DOPS revela a construção de um ambiente de vigilância e perseguição a grupos e indivíduos considerados subversivos, com uma ênfase particular no comunismo e em suas supostas infiltrações na sociedade brasileira.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha de estudar as polícias políticas no Brasil, especialmente suas ações anticomunistas durante o período de 1946 a 1964, se justifica pela relevância de compreender como o aparato repressivo foi estruturado para combater e desqualificar movimentos políticos e sociais que buscavam uma transformação radical da sociedade brasileira. Apesar de o período pós 1945 ser oficialmente marcado por um regime democrático, a realidade política e social vivida por trabalhadores, estudantes, camponeses e outros setores da população foi profundamente afetada pela repressão política. O estudo dessas práticas oferece uma visão crucial sobre o autoritarismo velado que permeia a política brasileira durante a chamada *experiência liberal-democrática*.

2.3 ARGUMENTO CENTRAL

O argumento central deste estudo é que as polícias políticas brasileiras, especialmente os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), desempenharam um papel crucial na construção de um discurso anticomunista que visava legitimar práticas de repressão, vigilância e perseguição política, mesmo em um período que se apresentava como democrático. Embora o período pós Estado Novo tenha sido marcado pela implementação de uma nova constituição em 1946, que promovia um sistema democrático, os aparelhos de repressão não apenas se mantiveram como também foram modernizados e centralizados, com foco na vigilância e controle dos chamados "inimigos internos", especialmente os comunistas.

2.4 METODOLOGIA

Para a construção deste artigo, a metodologia utilizada consistiu na análise de documentos históricos das polícias políticas, incluindo relatórios e comunicações internas do DOPS, produzidos entre 1951 e o início da década de 1960. Esses documentos oferecem uma visão detalhada sobre a atuação das polícias políticas no período pós-1945, destacando a vigilância e a repressão a grupos comunistas e a construção de estereótipos que desqualificavam a democracia¹. A análise dessas fontes escritas permite compreender como as polícias políticas contribuíram para a manutenção de um regime

¹ Os documentos foram retirados da dissertação de mestrado de Rosângela Pereira de Abreu Assunção e da tese de doutorado de Nilo Oliveira.

autoritário sob a fachada de uma democracia liberal. Além disso, foram consultadas obras de historiadores, como Jorge Ferreira e Rodrigo Patto Sá Motta, para fornecer um embasamento teórico e contextual à pesquisa, permitindo uma interpretação mais profunda dos eventos e práticas analisadas.

3. DISCUSSÃO

A Ditadura Militar no Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, foi um período de intensas transformações políticas, sociais e culturais. Nesse contexto, o regime militar utilizou uma série de estratégias para consolidar seu poder e justificar ações autoritárias. Entre essas estratégias, destaca-se a propaganda anticomunista, que foi amplamente explorada para criar um ambiente de medo e manipular a opinião pública. A Guerra Fria, que dividia o mundo entre blocos ideológicos antagônicos, e o temor crescente de uma possível expansão comunista na América Latina, serviram como pano de fundo para o desenvolvimento dessa narrativa. A mídia, sob controle dos militares, desempenhou papel crucial na construção dessa visão distorcida sobre o comunismo, tornando-o um inimigo a ser combatido a todo custo - e, assim sendo, justificando todas as suas ações.

A criação de um estado de terror generalizado, durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), foi um dos pilares da estratégia de consolidação do regime. Ao apresentar o comunismo como uma ameaça existencial à ordem social, à família e à própria nação, os militares buscavam justificar a repressão, a censura e a violação dos direitos humanos, como apresenta Luiz Henrique Brandão:

O objetivo estratégico da promoção de um estado de terror generalizado como parte de uma política de segurança nacional é, portanto, a legitimação do estado de exceção como resposta imediata – e mesmo a única possível – ao medo hobbesiano promovido pela propaganda estatal em torno da figura do inimigo, seja ele o “terrorista”, o “subversivo”, o “comunista”(…), com o objetivo de oferecer uma justificativa para a adoção de medidas de emergência que se apresentam tão necessárias quanto inevitáveis.¹

No contexto externo, a Guerra Fria, com sua polarização ideológica entre Estados Unidos e União Soviética, contribuiu com a proliferação do anticomunismo. A Escola de Segurança Nacional, criada em 1949 pelo Alto-Comando das Forças Armadas,

¹ BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante a Ditadura Militar no Brasil. 119 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2019.

elaborou sua Doutrina de Segurança Nacional adequada ao contexto bélico internacional, por meio da ideia de guerra interna que redirecionava o poder militar para o controle da sociedade (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.440).

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), o objetivo da ESG era combater a "Guerra revolucionária comunista", que tentava conquistar "a mente do povo". Por ser uma guerra não declarada, toda a população passou a ser vista com desconfiança, sendo considerada repleta de "inimigos internos" potenciais que deveriam ser cuidadosamente vigiados, perseguidos e eliminados.

O comunismo, com suas ideias de igualdade social e luta de classes, representava a antítese do sistema capitalista e conservador defendido pelos militares e as elites regionais. A propaganda anticomunista, portanto, se dedicou a edificar o inimigo interno, associando o comunismo a todas as formas de subversão e desordem. A propaganda, a mídia e demais canais de informação, denunciavam os comunistas como elementos que afetavam o mecanismo econômico do Brasil, sabotando a "paz", a "honestidade" e a "decência", assim como a ordem e o patriotismo dos trabalhadores (SINGRA, 1955, p. 14).

A mídia, sob controle dos militares, desempenhou um papel fundamental na disseminação da propaganda anticomunista. Jornais, revistas, rádio e televisão foram utilizados para veicular notícias falsas, distorcer informações e criar um clima de medo e insegurança. A censura prévia e a autocensura garantiram que apenas as informações que serviam aos interesses da ditadura fossem divulgadas.

A propaganda anticomunista deixou marcas profundas na sociedade brasileira. A justificativa da luta contra o comunismo serviu como pretexto para a prática de torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos. A liberdade de expressão foi severamente restringida, limitando o debate político e a produção cultural.

3.1 A EXPERIÊNCIA LIBERAL-DEMOCRÁTICA

Em 1945, ao fim do período conhecido como Estado Novo, que foi marcado pelo autoritarismo de Getúlio Vargas, o Brasil passava por um processo de transição política. O Estado Novo (1937-1945) foi caracterizado pela repressão a opositores, incluindo os comunistas, e pela subordinação dos sindicatos ao controle do Estado. Durante esse período, o anticomunismo radicalizou as práticas repressivas, criando

uma base para o desenvolvimento de um sistema de segurança pública que visava não apenas garantir a ordem política e econômica, mas também combater aqueles que eram considerados subversivos.

O fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota dos regimes nazifascistas tiveram um impacto profundo na política global, alimentando a Guerra Fria entre os blocos socialista e capitalista. No Brasil, isso resultou na deposição de Vargas e na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Embora a nova Constituição de 1946 tenha trazido características de um regime democrático, a realidade era marcada por um controle rígido sobre a política e a sociedade, principalmente com relação ao Partido Comunista Brasileiro, que se manteve na ilegalidade por vários anos (OLIVEIRA, 2013). O fortalecimento das polícias políticas, como o DOPS, visava não apenas vigiar e reprimir os comunistas, mas também centralizar e uniformizar as informações sobre essas organizações, estabelecendo uma rede de vigilância e controle sobre a população.

A criação do Departamento Federal de Segurança Pública em 1945 teve como um de seus principais objetivos a uniformização e modernização das práticas repressivas em nível federal, especialmente no Distrito Federal (OLIVEIRA, 2013). Esse processo de centralização da repressão se intensificou nos anos seguintes, conforme os temores sobre a infiltração comunista se tornaram mais pronunciados, especialmente no contexto da Guerra Fria. O Brasil, então, vivia uma democracia “relativa”, na qual as liberdades civis eram constantemente ameaçadas por uma vigilância estatal que visava eliminar qualquer forma de oposição, particularmente as associadas ao comunismo.

Esse contexto de vigilância e repressão está evidente nos documentos analisados, como os relatórios de 1951, que expõem as preocupações das autoridades com a crescente presença do Partido Comunista e sua infiltração em diversos setores da sociedade. Na perspectiva das polícias políticas, o crescimento do Partido Comunista na sociedade significava a manipulação da cidadania e a contaminação da democracia. Ao enviar um documento escrito à Primeira Conferência Nacional de Polícia, que ocorreu em dezembro de 1951, e tinha como objetivo homogeneizar as informações policiais e uniformizar as polícias civis e militares, o delegado adjunto à ordem social Hugo Ribeiro da Silva afirmou que o comunismo infiltrava nas diversas

esferas sociais como sindicatos, movimentos sociais, exército e na administração pública, afim de atender os interesses do imperialismo soviético²:

“[em] todos os países de desenvolvimento retardado ou não, os Partidos Comunistas são a vanguarda real da ocupação soviética. São a 5ª coluna atuando com maior desembaraço e extensão, para minar as instituições do Estado e a sociedade em geral. Por meio de seus agentes, ostensivos ou camuflados, através dos inocentes úteis ou dos não inocentes úteis, fazem o trabalho de subversão da ordem e da desintegração nacional, doirando a sua propaganda com os pretextos aparentemente mais legítimos e atraentes, como sejam a paz, a liberdade, o exercício do direito de conquistas democráticas, a defesa dos direitos fundamentais do povo, etc., mas, na verdade, o propósito é um só: provocar a confusão, a desordem e a subversão. A ação multiforme e a infiltração generalizada, através de mil tentáculos. É a figura do Proteu gigantesco e anfíbio”. [Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Enviado pelo Delegado Adjunto à Ordem Social Hugo Ribeiro da Silva. Relatório Reservado.]

Os discursos anticomunistas, alimentados por um medo generalizado da expansão do socialismo, justificavam medidas autoritárias e o uso de um aparato repressivo que, sob o pretexto de proteger a democracia, na verdade a subvertia.

A transição do regime autoritário do Estado Novo para a *experiência liberal-democrática* do pós 1945 no Brasil foi marcada por uma série de desafios políticos e sociais que refletiam tanto as pressões internas quanto externas. A derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial e o colapso dos regimes fascistas deram origem a uma nova ordem mundial, onde as potências capitalistas e socialistas se engajaram em uma feroz disputa, a Guerra Fria. Essa conjuntura internacional teve impactos diretos no Brasil, cujas elites e governos temiam a ascensão do comunismo. Mesmo após o fim da ditadura de Vargas, o país entrou em um período de "democracia relativa", com a Constituição de 1946, que embora tenha estabelecido uma nova estrutura democrática, ainda era marcada por limitações profundas.

² Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Enviado pelo Delegado Adjunto à Ordem Social Hugo Ribeiro da Silva. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 34.

3.2 A TRANSIÇÃO DO ESTADO NOVO PARA A “DEMOCRACIA RELATIVA”

O fim do Estado Novo, em 1945, marcou o fim de um regime autoritário sob Getúlio Vargas, que governou o Brasil com plenos poderes desde 1937. Embora Vargas tenha sido visto por muitos como o "Pai dos Pobres" devido a suas políticas trabalhistas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o período do Estado Novo foi, de fato, uma ditadura, onde a repressão aos opositores e a subordinação dos sindicatos ao Estado foram estratégias utilizadas para consolidar o poder centralizado. Durante esse período, o anticomunismo foi radicalizado, e a repressão a movimentos de esquerda, especialmente os comunistas, foi intensa.

Após a derrota de Vargas pelos militares em 1945, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na Constituição de 1946, marcando o retorno do Brasil a um regime formalmente democrático. No entanto, como ressalta o historiador Carlos Fico, essa nova Constituição tinha características mais democráticas em comparação com o Estado Novo, mas ainda era limitada em vários aspectos (FICO, 2000). Apesar disso, a Constituição de 1946 permitiu a formação de novos partidos políticos e a realização de eleições livres, sendo um marco na transição para a democracia. No entanto, essa "democracia relativa" ainda era profundamente influenciada por uma forte vigilância política e repressão à oposição, especialmente aos comunistas.

3.3 O ANTICOMUNISMO E A VIGILÂNCIA DAS POLÍTICAS POLÍTICAS

A ascensão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo durante o período pós-1945, gerou grande preocupação entre os setores conservadores da sociedade e da política. Embora o PCB tenha sido legalizado após o fim do Estado Novo, sua atuação foi constantemente perseguida, e sua presença nas esferas políticas e sociais foi vista com desconfiança pelas elites. Como o historiador Nilo Oliveira aponta, o PCB passou anos na ilegalidade, e a vigilância sobre suas atividades tornou-se uma prioridade para as polícias políticas no Brasil (OLIVEIRA, 2013). Nesse contexto, as polícias políticas, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), se tornaram instrumentos essenciais na luta contra o que era visto como a ameaça do "perigo vermelho", associando o comunismo ao risco de uma subversão total da ordem social e política.

O DOPS temia que o PCB estivesse manipulando a sociedade civil e atraindo trabalhadores, intelectuais e outros segmentos da população para suas causas, sob a fachada de organizações aparentemente legais. Em um documento escrito em papel em 1951, enviado ao Diretor da DPS-RJ, Major Manhães Bethlem, pelo Delegado Manoel Ribeiro da Cruz, diretor do DOPS de São Paulo, fica claro seu objetivo de alertar a polícia política sobre a atuação ilegal dos comunistas, e revela que as próprias reivindicações da sociedade civil passaram a ser vistas com desconfiança, tendo vista que vários grupos civis estariam sendo atraídos facilmente pelos vermelhos³, conforme pode ser constatado no trecho a seguir:

O Partido Comunista do Brasil está agindo na ilegalidade, porquanto foi proibido por lei seu funcionamento. Sua missão, entretanto, está sendo cumprida: não só na forma ilegal propriamente dita, ou seja, pelo funcionamento regular de suas células nas empresas, nas fábricas, nos portos, nos meios dos transportes, entre os estudantes e, enfim, em toda parte onde exista um aglomerado de trabalhadores, ou por meio de seus órgãos orientadores, tais como o “Comitê Estadual, o “Municipal” e o da “Zona”, como também, e mui principalmente, pela forma aparentemente legal, aparecendo o Partido nas diversas organizações por ele criadas e que servem para atrair o operariado em geral, o povo, os intelectuais etc.

3.4 A PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DA POLÍTICA DE 1951

Para lidar com a crescente preocupação com a infiltração comunista, foi convocada a Primeira Conferência Nacional de Polícia em dezembro de 1951. Esse evento foi crucial para a centralização e modernização das forças repressivas no Brasil. A conferência visava não apenas uniformizar as informações policiais, mas também estabelecer uma rede de inteligência para monitorar e reprimir qualquer forma de oposição ao regime, especialmente o PCB e suas organizações. Durante a conferência, o presidente Getúlio Vargas, novamente no poder após ser eleito democraticamente, reforçou a importância da centralização das polícias políticas e a cooperação entre os diversos níveis de governo na luta contra o comunismo (OLIVEIRA, 2013).

³ Correspondência S.S. 20517 de 30/11/1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 141.

3.5 O DISCURSO ANTICOMUNISTA E SEUS PILARES

O discurso anticomunista nas polícias políticas estava fortemente enraizado no nacionalismo conservador, que via o comunismo como uma ameaça não apenas ideológica, mas também cultural e social. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, esse nacionalismo conservador defendia uma nação hierarquizada e sem conflitos sociais, na qual qualquer divisão ou dissidência era vista como uma ameaça à unidade e à ordem do país (MOTTA, 2002). Para esses setores conservadores, os comunistas não eram apenas opositores políticos, mas agentes de uma conspiração internacional, a serviço do imperialismo soviético. O discurso oficial associava o PCB à destruição da ordem social, à desintegração da nação e à manipulação dos "inocentes úteis" que seriam seduzidos pelas promessas de direitos e liberdade, mas que, na verdade, estavam sendo usados para implementar o que era visto como o projeto de Moscou.

O argumento central era que o comunismo estava minando as instituições do Estado e enfraquecendo a democracia, subvertendo a ordem social e política do país. Esse tipo de retórica alimentava o medo do "perigo vermelho" e justificava a crescente repressão.

4. OBJETIVO

O objetivo deste artigo foi analisar como as polícias políticas no Brasil produziram perseguições a grupos políticos, contribuíram para a desqualificação da democracia e impuseram o autoritarismo à prática de cidadania de diferentes segmentos sociais. Foi analisado o modo como a repressão se relacionou com estereótipos anticomunistas e como esse contexto serviu para justificar o uso do aparato repressivo, muitas vezes em nome da defesa da ordem e do progresso do país. Para isso, foram analisados documentos produzidos pelas polícias políticas durante o período de 1946 a 1964, com foco no caráter investigativo, de vigilância e de inteligência dessas instituições, que se voltaram especialmente contra grupos rotulados como comunistas e subversivos.

5. ANTICOMUNISMO E AS POLÍCIAS POLÍTICAS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

A temática do anticomunismo no Brasil e sua relação com as ações das polícias políticas, especialmente durante a década de 1950 e início da década de 1960, tem sido amplamente abordada por historiadores e cientistas sociais que investigam o impacto da Guerra Fria e a ascensão do autoritarismo no país. A repressão aos movimentos sociais e grupos considerados subversivos pela direita, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas e os movimentos estudantis, é um ponto central dessas análises.

Rodrigo Sá Motta (2002) é um dos principais estudiosos do anticomunismo no Brasil, abordando o que ele define como o segundo grande surto do anticomunismo no país durante a presidência de João Goulart. Motta destaca a Revolução Cubana de 1959 como um fator determinante para o fortalecimento das políticas anticomunistas, visto que o evento trouxe à tona a figura de Cuba como uma potência comunista emergente. Essa conjuntura contribuiu para a intensificação das ações repressivas das polícias políticas, especialmente a Polícia Especial e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), contra qualquer movimento ou indivíduo que fosse associado ao comunismo.

A partir da Revolução Cubana, o imaginário anticomunista, como exposto por Motta, se fortificou nas estruturas de poder do Brasil, associando qualquer movimento popular que se opusesse ao sistema capitalista à ameaça de um regime comunista. A crescente mobilização dos camponeses em busca de reformas agrárias, representada pelas Ligas Camponesas, foi identificada pelas autoridades como uma ameaça à ordem pública e à soberania nacional. A atuação das Ligas Camponesas, lideradas por figuras como Francisco Julião, foi encarada como uma tentativa de implantação do modelo cubano no Brasil, sendo criminalizada e rotulada como subversiva.

Em um estudo aprofundado sobre os documentos do DOPS-MG, a historiadora Rosângela Pereira de Abreu Assunção (2006) mostra como os relatos da polícia política mineira documentavam, de forma alarmista, o crescimento das Ligas Camponesas e os movimentos de reforma agrária no campo. Os camponeses, muitas vezes associados ao PCB, eram frequentemente rotulados de "subversivos" e "impatrióticos", uma caracterização que visava desqualificar suas ações políticas e sociais. A partir de fontes como os relatórios do DOPS-MG, Assunção argumenta que

as práticas dos camponeses, longe de serem vistas como uma busca legítima por direitos sociais, eram retratadas como manifestações de uma infiltração comunista.

Esses relatos evidenciam a forma como o anticomunismo institucionalizado no Brasil associava qualquer movimento de contestação social à figura do "inimigo interno", entendido como uma ameaça direta à democracia e à ordem social estabelecida. Esse discurso de subversão e infiltração comunista não se limitava apenas ao campo, mas também se espalhava pelos centros urbanos e pelo movimento estudantil, que, à época, estava cada vez mais politizado.

A universidade e o movimento estudantil também foram alvos do aparato repressivo das polícias políticas. As faculdades, como a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais (UFMG), foram vistas como redutos de comunistas e anticapitalistas.

A ação do DOPS-MG no meio universitário foi focada na identificação de professores "doutrinadores" e na vigilância dos estudantes que, segundo os documentos, eram manipulados a seguir ideologias subversivas. Isso fica evidente em um documento escrito de caráter investigativo escrito pelo sub-inspetor da DVS, Thacyr Omar Menezes Sia ao DOPS-MG⁴:

Estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas da U.F.M.G., em número superior a cento e cinquenta, seguirão hoje para o Estado da Guanabara, convidados por Ivan Ramos Ribeiro, um dos dirigentes do P.C.B. e um outro comunista, ainda não identificado, a fim de ali visitarem a Exposição Soviética de Indústria e Comércio. Os referidos estudantes visitarão, também, a Embaixada Soviética. Deverão assistir em local ainda não sabido ao filme: - "COMO SER UM BOM COMUNISTA." APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 011, Pasta 0120, Imagem 1122 e 1123 (ASSUNÇÃO, Rosângela)/2006.

Outro ponto relevante é a comparação constante feita pela polícia entre os líderes camponeses, como Francisco Julião, e figuras revolucionárias como Fidel Castro. O DOPS-MG usava essa analogia para criminalizar a reforma agrária e as reivindicações

⁴APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 011, Pasta 0120, Imagem 1122 e 1123 (ASSUNÇÃO, Rosângela)/2006.

dos trabalhadores rurais, associando-as ao modelo cubano de revolução. A propaganda anticomunista disseminada por esses setores via a reforma agrária como uma ameaça à ordem social, associada à revolução violenta, o que se traduzia na ideia de que os camponeses estavam se preparando para instaurar um regime totalitário no Brasil.

O trabalho de Débora Rocha Silva (2011) complementa essa análise ao destacar como a memória da repressão ainda persiste no Brasil contemporâneo. A historiadora observa que, após o fim da Ditadura Militar, o edifício do DOPS-MG se tornou um símbolo de disputas de memória, refletindo as tensões entre aqueles que sofreram as atrocidades do regime e os que, ainda hoje, minimizam ou negam os abusos cometidos. Silva argumenta que essas disputas estão presentes nas lutas pela memorialização do prédio do DOPS, que foi transformado em um memorial de direitos humanos nos anos 2000. Esse processo de patrimonialização e reconhecimento, no entanto, se deu em meio a conflitos políticos, onde as vítimas do regime buscam justiça, enquanto alguns membros da polícia e da sociedade tentam apagar a memória da violência e da tortura.

A literatura sobre a repressão no Brasil, portanto, não se limita a um simples relato de eventos históricos, mas envolve uma reflexão crítica sobre o legado dessa repressão e suas implicações para o presente. O estudo das polícias políticas, da vigilância sobre movimentos sociais e da criminalização de movimentos legítimos ainda tem grande relevância para compreender as práticas autoritárias que se perpetuam na sociedade brasileira, mesmo após o fim da Ditadura Militar.

5. CONCLUSÃO

A transição do Estado Novo para a *experiência liberal-democrática* no Brasil foi marcada por contradições internas, onde o discurso democrático se misturava com práticas autoritárias, especialmente no que se refere à vigilância e repressão aos movimentos de esquerda. As polícias políticas, especialmente o DOPS, desempenharam um papel fundamental na construção de um ambiente de medo e desconfiança, onde o comunismo era visto não apenas como uma ameaça política, mas como um inimigo existencial, capaz de destruir a unidade e a ordem nacional. Essa vigilância, justificando-se pela necessidade de combater o "perigo vermelho", ajudou a consolidar uma repressão sistemática, que se intensificaria com o golpe de

1964, quando o Brasil passaria a viver sob uma ditadura militar.

Essa transição do discurso e das ações repressivas durante o fim da década de 1940 e início da década de 1950 revela a tensão entre a busca por uma democracia "relativa", como mencionamos antes, e a crescente paranoia anticomunista alimentada pela Guerra Fria. O fato de que, para as polícias políticas, as ações e o discurso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) estavam sendo rotulados como ameaças à ordem pública e à segurança nacional reflete um cenário de criminalização de movimentos sociais e partidos políticos progressistas. Nesse contexto, a campanha "Petróleo é nosso", liderada pelo PCB, foi vista com desconfiança e descrédito, principalmente devido à ideologia anticomunista, mesmo sendo uma luta legítima pela soberania nacional frente aos interesses imperialistas.

É importante notar o cinismo no discurso das polícias políticas, que desqualificavam a ação nacionalista do PCB (como a campanha pelo petróleo) sob o pretexto de que o verdadeiro objetivo dos comunistas era, na visão deles, prejudicar os interesses dos aliados ocidentais em favor da URSS. Esse tipo de raciocínio revela a manipulação do discurso em torno da soberania nacional, transformando um movimento de emancipação econômica e política em uma possível traição ao Brasil e aos seus aliados. Esse viés anticomunista se intensifica, não só contra os comunistas, mas contra qualquer movimento social que fosse associado, de alguma forma, à esquerda.

Além disso, a estratégia de "salvar" as liberdades individuais através da repressão aos movimentos populares, sob a alegação de que isso garantiria a "liberdade" da nação contra o avanço comunista, é outro exemplo da distorção do conceito de democracia que se praticava nesse período. Embora houvesse discursos em defesa da liberdade e da ordem, esses conceitos eram, na prática, utilizados para justificar a redução dos direitos civis e a restrição de movimentos políticos, especialmente aqueles de caráter popular, progressista ou socialista.

A desqualificação das eleições pluripartidárias, o medo da infiltração do PCB em outras legendas e a criminalização da sociedade civil revelam a tensão do período, com o Estado reagindo a movimentos legítimos com um aparato de repressão, medo e vigilância. Essas ações da polícia política e a manipulação da narrativa pública contribuíram para um ambiente de incerteza política, onde a repressão, a censura e a vigilância eram vistas como necessárias para garantir a estabilidade da "democracia"

brasileira, mesmo que essa estabilidade fosse alcançada à custa das liberdades democráticas.

Essa combinação de nacionalismo conservador, anticomunismo e vigilância estatal forjou uma realidade política e social de constantes tensões, e suas repercussões se prolongaram durante a década seguinte, influenciando tanto as políticas internas quanto a relação do Brasil com os blocos da Guerra Fria.

O contexto de repressão política e vigilância é realmente complexo e revelador sobre como o Estado brasileiro, mesmo em períodos de relativa democracia, usava as polícias políticas como ferramentas de controle social, especialmente em um cenário global de Guerra Fria e pressões internas. A atuação do DOPS, por exemplo, foi uma forma de criminalizar movimentos sociais e políticos que buscavam mudanças estruturais, como o PCB e as Ligas Camponesas, sendo rotulados de subversivos e agentes de uma ameaça externa.

A repressão não era apenas direcionada à esquerda, mas também envolvia um jogo de narrativas e justificativas, onde a defesa da "liberdade" e da "ordem" era invocada para legitimar ações autoritárias. A ideia de que, ao combater os comunistas, o Brasil estaria defendendo sua própria liberdade e democracia é uma distorção que, em certa medida, ainda reverbera em debates sobre segurança e direitos humanos até hoje.

As questões de memória, como apontado por Débora Rocha Silva, também são essenciais para entender como as violências cometidas nesse período ainda afetam a sociedade atual, seja através da luta por justiça para as vítimas, seja pela resistência a reconhecer plenamente os abusos cometidos pelo Estado. Isso nos coloca em um dilema que segue sendo atual: como enfrentar esse passado de repressão e violência sem que ele seja apagado ou minimizado?

As disputas pela memória são fundamentais para refletirmos sobre o impacto contínuo da repressão no presente. A maneira como o Brasil lida com esses espaços de memória, como o DOPS/MG, revela muito sobre a forma como ainda lidamos com os legados da ditadura militar e a violência do Estado. A luta por verdade e justiça não é apenas uma questão histórica, mas também uma exigência para garantir que os direitos humanos sejam respeitados no presente e no futuro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. In: **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984.** Petrópolis: Vozes, 1984. p. 33-51.

ASSUNÇÃO, Rosângela. Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). 2006. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-6YCH3R/1/dissertacao_de_ros_ngela_pereira_de_abreu_assuncao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante a Ditadura Militar no Brasil. 2019. 119 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1945-1964). In: **MOTA, Carlos Guilherme** (org.). **Viagem incompleta, Volume 2: A grande transação: a Experiência Brasileira (1500-2000).** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 163-184.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Locus: Revista de História**, v. 16, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20132>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A vida cultural brasileira sob o regime militar: 1964 a 1985. Ensaio histórico. São Paulo: Entre[H]istória, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. O regime militar brasileiro (1964-1985). São Paulo: Editora Atual, 2019.

OLIVEIRA, Nilo. A centralização do sistema (1956 a 1961). 2013. 282 p. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

REIS, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. 2. ed. [S. l.]: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha. Disputas em torno do Dops/MG: guerra de narrativas, memorialização e patrimonialização (1989 – 2018). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SINGRA. Congresso contra a intervenção soviética. **A Gazeta**, Vitória, 22 ago. 1955. Propaganda assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista.

6.1 Fontes Históricas

Correspondência S.S. 20517 de 30/11/1951. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 141. (Retirado da tese de doutorado de Nilo Oliveira).

Tese da DOPS-SP a Primeira Conferência Nacional de Polícia, dezembro de 1951. Enviado pelo Delegado Adjunto à Ordem Social Hugo Ribeiro da Silva. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-711-1, folha 34. (Retirado da tese de doutorado de Nilo Oliveira).

Rolo 011, Pasta 0120, Imagem 1122 e 1123 (ASSUNÇÃO, Rosângela)/2006. (Documento retirado da dissertação de mestrado de Rosângela Pereira de Abreu Assunção).